

## Coluna do Castello

### Coroa de espinhos na Ordem da Rosa

A nossa vã filosofia não nos dá elementos para entender o que se passou entre o ato de condecorar com a antiga Ordem da Rosa o sr. Afonso Arinos e a revelação, feita pelo assessor de imprensa da Presidência, de que o presidente Sarney não enviaria o anteprojeto à Assembléia Constituinte para não ferir-lhe a autonomia. Ora, o que se presumia da atitude do presidente de nomear uma comissão, designando-lhe em ato oficial até o seu presidente, para estudar um anteprojeto de Constituição, é que o resultado dos trabalhos, a menos que agredisse as opiniões do governo, fosse enviado à futura Assembléia como subsídio ou referência oferecida pelo Executivo para a grave missão de gerar uma nova Carta Magna.

Tancredo Neves, a quem acudiu a idéia de fazer a comissão, e o sr. José Sarney, que a referendou em ato público e a constituiu, não deveriam ter a intenção de simplesmente mandar arquivar os estudos que tomaram um ano de paciência e trabalho de 50 brasileiros ilustres. Seu dever seria antes o de publicar o documento, submetendo-o a debate público, e oferecendo-o como contribuição à Constituinte, que jamais poderia se suscetibilizar com uma cooperação que não pretendeu ser uma intervenção na sua autonomia. Alega-se que o governo discorda da proposta do parlamentarismo, da tendência estatizante de diversos dispositivos e possivelmente da nova definição das atribuições das Forças Armadas.

Ora, essas questões estão postas perante a nação e serão debatidas na Assembléia Constituinte, que sobre elas dirá a palavra final independentemente da opinião do presidente da República, do presidente do PMDB e de generais que se sentem responsáveis pela transição. Por isso mesmo é totalmente razoável o abalo emocional que, como uma coroa de espinhos, encerrou a missão do sr. Afonso Arinos, a quem resta guardar na solidão da sua biblioteca a bela comenda da Rosa.

O presidente José Sarney não é parlamentarista, nem ele nem o sr. Ulysses Guimarães, de quem se disse ter detectado que esse sistema de governo não se coaduna com a índole dos brasileiros. Ora, a história testemunha que os adversários da introdução do sistema parlamentarista de governo — vigente durante o Império — foi embarcada sempre pelos presidentes da República e pelos aspirantes a esse posto. São os que não querem perder poder, atual ou futuro (se suas aspirações forem respaldadas pelos fatos). Tancredo Neves não era um parlamentarista convicto, mas transacionou com

João Goulart, em nome da pacificação do país, a emenda que adotou um regime parecido com o de gabinete. A certa altura, abandonou a presidência do conselho de ministros para liberar o presidente, inconformado com o papel que ele dizia equivalente ao da rainha da Inglaterra.

O Congresso, no entanto, votara a emenda por larga maioria. E João Goulart somente obteve o plebiscito, e o venceu, por ter o apoio declarado dos aspirantes à Presidência da República, na época os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, de São Paulo, Ademar de Barros, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O coro dos grandes governadores funcionou como sustentação do plebiscito em que se votou mais em função de mobilizações emocionais do que de compromissos partidários ou doutrinários. Agora, os que se opõem à adoção do sistema parlamentarista de governo, proposta pela comissão Arinos em fórmula mista semelhante à alemã ou à francesa, são os srs. Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola e possivelmente Miguel Arraes.

Ora, esses personagens, pela sua significação no contesto atual da vida brasileira, mais facilmente alcançariam a chefia do governo como presidentes de conselhos de ministros do que como presidente da República. O parlamentarismo favorece ou inspira os governos oriundos das câmaras legislativas, isto é, os governos representativos das maiorias que se componham dentro do Congresso. Mas a idéia horroriza os eternos pretendentes à ditadura republicana que tem sido no Brasil o exercício da presidência, a tal ponto que levou uma pessoa delicada como o sr. Ulysses Guimarães a não comparecer à solenidade da entrega do projeto da comissão Arinos ao presidente da República, para não se comprometer com o conteúdo do documento.

Quanto à estatização, esse é um tema polêmico, que atravessará a Constituinte de ponta a ponta e é em função dele que se mobilizam os grupos de pressão para eleger representantes em número suficiente para determinar as opções por enquanto encampadas por uma maioria de políticos, mas ainda não pela maioria do povo. A eleição de novembro é que dirá das tendências, mas desde logo se deve observar que quem for eleito governador em qualquer dos grandes estados será um fator de oposição tanto ao parlamentarismo como à estatização, pois a ascensão ao poder se faz entre nós mediante compromissos de não radicalização.

### As memórias de Miguel Reale

O professor Miguel Reale começará em breve a publicar suas memórias políticas. O primeiro volume abrange o período da criação e morte do integralismo, do qual foi um dos três homens-chave, até a criação do PSP (fusão do Partido Sindicalista e do Partido Republicano Progressista) que, com o apoio do Partido Comunista, elegeu Ademar de Barros, em 1947, governador de São Paulo.

Carlos Castello Branco